

VIAJAR ANTES DE VIAJAR. ADVERTÊNCIAS DE UM DIPLOMATA PARA UM PRÍNCIPE*

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO
CITCEM – UNIVERSIDADE DO PORTO

gracafreitascarvalho@gmail.com

RESUMO: Examinam-se umas «advertências», talvez mesmo um parecer, que, inéditas, se conservam na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra com que o diplomata José da Cunha Brochado poderá ter contribuído para a organização de alguma projectada viagem de um príncipe português na primeira quinzena do século XVIII. Tenta-se ainda determinar a que membro da Casa Real portuguesa estariam destinados esses avisos. O príncipe D. Manuel Bartolomeu? O próprio rei D. João V?

PALAVRAS-CHAVE: José da Cunha Brochado; Viagem; Século XVIII.

ABSTRACT: Some “warnings” are examined, perhaps even an opinion, which, unpublished, remain in the General Library of the University of Coimbra with which diplomat José da Cunha Brochado may have contributed to the organization of some planned trip of a Portuguese prince in the first fortnight of the eighteenth century. It is also attempted to determine to which member of the Portuguese Royal House these warnings were intended. The prince D. Manuel Bartolomeu? King John V himself?

KEY-WORDS: José da Cunha Brochado; Travel; XVIIIth century.

Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC, ms. 483) recolhe-se, entre os escritos, em cópia, – uma das muitas cópias que igualmente se conservam na Torre do Tombo..., na Biblioteca da Universidade do Minho, por exemplo – de José da Cunha Brochado (1651-1733)¹, um breve *Papel que*

* Não posso, como sempre, deixar de agradecer aos meus colegas e amigos, Maria Lucília Gonçalves Pires, Luís de Sá Fardilha e Moreno Pacheco o terem aceitado serem não só os primeiros – e atentos – leitores destas páginas, mas também as observações com que as tornaram menos pobres, à Senhora Dr^a Maria de Fátima Bogalho, da Secção de Reservados da BGU Coimbra, a gentileza das pesquisas sobre o ms. 441 da mesma Biblioteca.

¹ A biografia de José da Cunha Brochado continua à espera de melhores dias... Maria Rosalina Pinto da Ponte Delgado com o seu utilíssimo *José da Cunha Brochado (1651-1733). O homem e a sua época*. Lisboa: Edições Universidade Lusitana, 2000, afinou dados e datas que, implícita ou explicitamente, com mais ou menos relevo, passavam quer nas páginas que Mendes dos Remédios tinha anteposto às *Memórias de José da Cunha Brochado extrahidas das suas obras inéditas*. Coimbra: França Amado, 1909, quer nas que António Álvaro Dória escreveu

*contem algumas advertencias necessarias ao Principe que quer viajar*². Tal *Papel*, estamos em crer, nunca terá sido estudado com a atenção que julgamos merecer. Documento não datado, parece traduzir, em seus referentes e exemplos, a experiência de Cunha Brochado nas suas funções diplomáticas em França (1695-1704), primeiro como secretário do marquês de Cascais, embaixador português junto de Luís XIV, e depois (1699-1704), dada a demissão do endividado embaixador, enquanto encarregado da representação diplomática com o título de enviado. Uma experiência de um jurista – corregedor da Casa do Cível nascido de gente que anda nos nobiliários, mas que não passa disso – num centro europeu – poderíamos mesmo dizer na capital da Europa – em tempos em que a preocupação universal – entendamos europeia – girava, por entre ansiedades e cálculos políticos, como testemunham cartas e informações de Cunha Brochado, em torno à sucessão de Carlos II de Espanha, fatal acontecimento que, como se temia, veio a desencadear a chamada Guerra da Sucessão.

Com o *Papel* em causa – 8 folhas em coluna, numeradas pela frente sequencialmente de acordo com a sua posição no conjunto do códice e transcritas em clara e elegante letra dos finais do século XVIII – oferece Cunha Brochado, mesmo sabendo que «he impossível reduzir a escritura com instruçam util huma materia tam meúda como he a de que se trata, onde as circunstancias sam mais, e maiores, que a mesma substancia, della, e que portanto nam obstante serem as circunstancias, ou accidentes desta qualidade nam deixam de ser de grande consequencia, e de necessaria attençam», uma série de «advertências» sobre os preparativos, cuidados a observar e objectivos a cumprir por parte de um príncipe não soberano que quer empreender uma viagem. De qualquer modo, o *Papel*, tanto nas considerações que tece como nas propostas que apresenta – umas e outras baseadas em exemplos –, traduz, como já insinuámos e como declara o próprio autor, a sua «experiência occular»³ – da corte de França, principalmente, e, por contraste, da corte de Lisboa –, o que lhe confere esse tom discretamente crítico que, com mais ou menos ironia, perpassa pelas suas cartas e pelas suas memórias.

As «advertências» não estão datadas e as referências internas não cremos tragam qualquer ajuda para a sua datação. Efectivamente, quer a alusão ao aposentador do príncipe de Saxe – Frederico Augusto de Saxe (†1733) que,

como introdução à sua selecção de Cartas do diplomata português (Lisboa: Sá da Costa, 1944).

² O manuscrito, miscelâneo, de 310 folhas numeradas pela frente – numeração mais recente? – intitula-se *Discurso político, consultas, e outros papeis feitos por Joze da Cunha Brusado. Anno de 1789*. Citaremos sempre o documento que aqui analisamos por *Papel*.

³ *Papel*, fl. 260r.

oficialmente incógnito, visitou Lisboa em 1688⁴ – que sempre ia adiante da comitiva principesca para «preparar a ospedagem, e marcar as outras para os mais»⁵, quer a exigência de que o príncipe deve comer «com doze couvertes, [de ouro] e hum pequeno cademat do mesmo metal, que he hum móvel de que ordinariamente se servia Luiz 14 [†1715]⁶», mesmo atendendo aos tempos verbais – «praticava»..., se servia» –, não parece que possam ter-se em consideração para o efeito. O mesmo se diga das referências, quase sempre encomiásticas, às instituições francesas e à corte de Versailles que, se traduzem, como dissemos, as sua experiências como bom observador desde o seu posto diplomático, se estendem por um período de nove anos, tornando-as, por esse motivo, demasiado vagas para permitir qualquer proposta de datação. E no âmbito desta última perspectiva, muitas das suas alusões às instituições francesas aparecem, mais explícitas, em outros escritos seus.

De qualquer maneira, a seu tempo, poderemos sempre perguntar-nos sobre para quem... ou a pedido de quem terá escrito o *Papel*...

As «advertências», no suposto de que «o fim do viajar seja o adquirir algum util, e indeviduo conhecimento de todas as couzas memoráveis das terras por onde se passa»⁷, propõem-se como recomendações do que é tido por imprescindível ou simplesmente necessário em função do estatuto do viajante – neste caso, um príncipe – que poderiam ter sido dadas por outros meios de comunicação escrita – uma carta, por exemplo –, não se apresentando, portanto, com a organicidade de um ensaio ou de um guia de viagem, dupla vertente de que participa muita da «literatura de viagens» – a *Corographia* (Coimbra, 1561) de Gaspar de Barreiros, por exemplo, oferecendo o «caminho» que fez, em 1546, de Lisboa a Milão –, ao propor-se informar sobre itinerários – os mais favoráveis –,..., sobre distâncias de um ponto a outro – dado sempre «interessante» para os comerciantes –,..., os mais convenientes lugares de hospedagem..., os perigos de determinadas rotas ou regiões..., etc. Em geral – a menos que sejam um Michel de Montaigne que, por entre os inumeráveis copos de água que bebe nas diversas termas suíças e italianas, não esquece obras de arte e a variedade da paisagem –, nada oferecem sobre paisagens ou monumentos a ver ou actividades a empreender... Quando muito, no Portugal que cruzava mares e sobre eles escrevia, os relatos de muitos viajantes pela Europa, mesmo quando pouco mais

⁴ Sobre esta viagem e as suas circunstâncias, pode consultar-se BETHENCOURT, Cardozo de – *Voyage à Lisbonne du Prince Frédéric-Auguste de Saxe (Auguste II) en 1688. Extrait du manuscrit 51, Vi. 41 de la Bibliothèque Royale d'Ajuda traduit et annoté par Cardozo de Bethencourt, Attaché à la Bibliothèque Royale d'Ajuda*. Lisbonne, mars, 1907.

⁵ *Papel*, fl. 255r.

⁶ *Papel*, fl. 256v.

⁷ *Papel*, fl. 256v.

são que relatórios contabilísticos, faceta que os torna documentalmente muito valiosos⁸ – não nos interessem aqui, apesar de também serem relato de um viajante nem «memórias» (1510-1517) como as do fidalgo de Chaves, no seu *Tratato*⁹, nem alusões, como as inolvidáveis de Fr. Heitor Pinto à sua viagem a Itália –, podem sempre, pelos anos da segunda metade do século XVI, assinalar, além de perigos e dificuldades de passar montanhas ou rios e a venalidade nas alfândegas, alguma ruína ou o interesse em visitar algum templo, caso este, porém, que nem sempre diz respeito à curiosidade do monumento, mas, antes, à possibilidade de cumprir ou praticar obrigações ou devoções espirituais ou de exaltar um compatriota que nela se distinguiu, como é o caso da atenção que presta Gaspar Barreiros à biografia do Beato Amadeu cuja localização da sua sepultura é esquecida..., mas é bem precisa a recordação das suas profecias com que encerra a sua obra... Naturalmente, haverá sempre alguma excepção¹⁰.

Se M. de Montaigne pode ser considerado o protótipo do viajante moderno – um outro exemplo poderia ser, pela exigência com que, nas suas *Profitable instructions* (London, 1633), impõe a necessidade de fixar, à partida, um objectivo à viagem, Sir Philip Sidney –, as origens mais precisas deste tipo de modernidade poderão mais facilmente rastrear-se se nos lembrarmos que nada mais que ao próprio Petrarca «*quo tempore iuveniles me impulit appetitus ut et Galias et Germaniam peragrarem. Et licet alie causae fingerentur perfectionem meam maioribus approbarem, vera tamen erat multa videndi ardor et studium. In qua*

⁸ Pense-se, por exemplo, no relato – mais do que um relato, um precioso diário contabilístico – que dois monges de Santa Cruz de Coimbra, Fr. Filipe e Fr. Clemente, e um clérigo, Fernão da Maia, deixaram da sua viagem a Roma em 1558, editada por COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo – *De Coimbra a Roma. Uma viagem em meados do século XVI*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1990.

⁹ Finalmente – e felizmente – este precioso texto viu-se finalmente publicado por LOPES, Paulo Catarino – *Memórias de um fidalgo de Chaves. Um olhar português sobre a Itália do Renascimento*. Centro de Cultura Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2017. O mesmo autor tinha dedicado a este documento um vasto estudo: *Um agente português na Roma do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.

¹⁰ Uma delas, e, tanto quanto pudemos apurar até agora esquecida, é a interessantíssima *Narrativa de uma jornada por terra no anno de 1532 de Lisboa a Roma com a descrição de muitas igrejas e outras cousas desta cidade e de varias terras de Espanha, França e Italia* que um anónimo eclesiástico escreveu depois de 24. 12. 1534 e outro anónimo copiou nos fins do século XVIII ou já mesmo no século XIX (BGUC, ms. 441). Se não é um diário, é bem um «jornal» que, bem ressalvadas as devidas proporções, podia lembrar o do Senhor de Montaigne. As anotações de distâncias..., datas..., monumentos de maior relevo – registou com precisão a capela de S. Tiago em San Miniato em Florença onde apreciou o túmulo do jovem cardeal D. Jaime de Portugal, por exemplo –..., costumes e carestia ou barateza das hospedarias e alimentos e curiosidades – *os cristalyos [de Veneza] e muitas outras lhyndezas que nela se lavrão, e baratas...* –, o cosmopolitismo e boa ordem do culto das diferentes religiões nessa cidade..., etc., tornam a «narrativa» extremamente interessante. Infelizmente, apesar da alusão à doença de um infante D. Fernando que atrasou a viagem..., ou ao encontro do eleito papa Adriano em Vitéria..., nada há no texto, a não ser, durante muito tempo, o uso da primeira pessoa do plural – uso que depois se abandona a favor da primeira pessoa do singular – nada podemos inferir de companhias e meios de transporte. Havemos de confessar que não logramos encontrar qualquer referente bibliográfico sobre tão interessante documento (agradeço à Senhora Drª Maria de Fátima Bogalho, da Secção de Reservados da BGU Coimbra, a gentileza das pesquisas que confirmaram esta minha constatação).

peregrinatione Parisus primum vidi, et delectatus sum inquirere quid verum quid fabulosum de illa urbe narraretur»¹¹. Era o ano de 1333.

Nenhum destes exemplos, porém, se demorou a ponderar – é certo que o texto do *Journal de Voyage en Italie* está falto de folha ou folhas no começo –, como depois o fizeram tantos¹², os preparativos de uma viagem cuja finalidade devia estar, tanto quanto possível, previamente definida. Ora, é precisamente desde esta óptica – a dos preparativos de uma viagem de «instrução» – que, aqui, o *Papel* de Cunha Brochado nos parece merecer ser tido em conta no panorama da «literatura» sobre viagens no Portugal dos fins de Seiscentos.

Não identificando um destinatário concreto das suas advertências e apenas indicando o seu tipo – um príncipe – e oscilando, ao parecer, nas funções precisas desse tipo – príncipe não soberano / príncipe soberano –, o diplomata português dir-se-ia não se propor lembrar o que julgava ser necessário para preparar, se fosse o caso, uma viagem precisa nas suas datas e objectivos, mas antes uma série de recomendações genéricas válidas para qualquer viagem principesca entretencidas – e ilustradas – com um exemplo tomado das «circunstâncias» que, por experiência, melhor conhecia: Paris e a corte de França¹³. Em qualquer caso, haverá sempre que definir o objectivo do viajar, pois aí residirá a diferença dos preparativos que, a começar pelas respectivas comitivas, distinguem um viajante que se propõe «adquirir algum útil, e individuo conhecimento das couzas memoráveis das terras por onde se passa» – trata-se agora de um príncipe não soberano cuja comitiva, como veremos, tem que ser selecta em quantidade e qualidade – de, ponhamos por exemplo, um caçador como o coronel Thornton que, no século XIX, partindo para a Europa, apenas levou 1 falcoeiro, 14 criados, 3 falcões, 10 cavalos e uns 120 batedores¹⁴.

Atendendo ao desenvolvimento do *Papel*, valerá a pena recordar desde já que a organização de uma viagem cuja finalidade é aprender ou tornar-se mais experiente, perspectivas intimamente relacionadas – aceitamos que, com alta probabilidade, é este o sentido daquele «adquirir algum útil, e individuo conhecimento»¹⁵ – obedece – ou deveria obedecer –, desde 1597, a um esquema

¹¹ PETRARCA, *Posteritati*. In MARTELOTI, G.; RICCI, P. G.; CARRARA, E.; BIANCHI, E. (a cura di) – *Prose*. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, s.a. (1955), p. 10. Então visitou Gand..., Liège – onde descobriu a *Pro Archia* de Cícero –, Aquisgrana..., Colónia... Lion. Conf. WILKINS, Ernest Hatch – *Vita del Petrarca e la formazione del «Canzoniere»*. Milano: Feltrinelli, 1990, p.25; BRILLI, Attilio – *Il viaggio in Italia. Storia di una grande tradizione culturale*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 2006, p. 23.

¹² BRILLI, Attilio – *Il viaggio in Italia...* Ed. cit., p. 75-111.

¹³ *Papel*, fl. 257r: «Ponhamos exemplo em Paris. Esta cidade, e a sua corte...».

¹⁴ BRILLI, Attilio, *Il viaggio in Italia...* Ed. cit., p. 89.

¹⁵ Cremos ser este mesmo objectivo que determina a licença que, em 30.11.1698, pensa pedir ao rei para o deixar «ver as Cortes vizinhas sem mais ajuda que a mesma mesada que aqui [Paris] tinha», «pois o desejo de instruir-[se] nestas Cortes [o] obriga a fazer uma petição que à primeira vista, parecerá inútil na nossa terra. Grande é Paris para escola, mas é necessário conferir esta Corte com as outras, onde as cerimónias e os estilos são diferentes, e quem

de uma série de tópicos que, pode dizer-se, se manteve praticamente inalterável até bem entrado o século XIX. Nesse ano, no seu ensaio «Of travel» – um dos seus *Essayes. Religious Meditations. Places of perswasion and disswasion. Seene and allowed* (London, Humfrey Hooper) – Francis Bacon precisava que

«The things to be seene and observed are: the court of princes, specially when they give audience to ambassadours: the courts of justice, while they sit and heare causes; and so consistories ecclesiasticke: the churches and monasteries, with the monuments wich are therein extant: the wals and fortifications of cities and townes; and so the havens and harbours: antiquities & ruines: libraries; colledges, disputations, and lectures, where any are: shipping and navies: houses, & gardens of state & pleasure, neare great cities; armories: arsenals: magazens: exchanges: burses; ware-houses: exercises of horsemanship; fencing; training of souldiers; & the like: comedies, such wherunto the better sort of persons doe resort; treasuries of jewels, and robes; cabinets and rarities: and to conclude, whatsoever is memorable in the places where they [the travellers] goe. After all which the Tutors or Servants ought to make diligent enquierie. As for triumphs; masques; feast; weddiggs; funerals; capitall executions, and such shewes, men need not to be put in mind of them; yet are they not to be neglected...»¹⁶.

É bem possível, como tentaremos insinuar, que Cunha Brochado, ao desenvolver a obrigação do viajante atender às «couzas memoráveis das terras por onde [...] passa» – fundamento do «útil conhecimento» que persegue –, revele ter conhecido – de algum modo – os ensaios do chanceler inglês, como, mais perto de si, seguramente os conheceu Lord Chesterfield (1694-1773), mas, a julgar-se pelas exigências da bagagem, sem dúvida de casa real.

Estabelecida a finalidade da viagem – ou desta viagem? –, Cunha Brochado, baseado na sua experiência – em exemplos conhecidos seus que «nos fazem pouca honra» e em «papéis públicos»¹⁷ – e não, ao parecer, na rica tradição bibliográfica sobre o assunto¹⁸, tenta especificar o que considera os preparativos essenciais de uma viagem de um príncipe não soberano.

Assim, «grande cuidado» deve merecer ao «príncipe viajante» a constituição da sua comitiva no que diz respeito quer aos seus criados propriamente ditos

conhecer todas saberá rezar mais que por um breviário» (BROCHADO, J. da Cunha, *Cartas*. Ed. cit., p. 68).

¹⁶ BACON, Francis – *The Essayes or Counsels Civill & Morall*. Norwalk: Connecticut, The Easton Press, 1980, p. 57-58 (Ed. preparada por Christopher Morley e A.S. W. Rosenbach reproduzindo a edição de 1625).

¹⁷ *Papel*, fl. 254v

¹⁸ BRILLI, Attilio – *Il viaggio in Italia...* Ed. cit., p. 84-87.

quer aos que «servirem os officiaes, e senhores» da sua casa. O importante é que a gente que serve directamente o príncipe pelo caminho – «necessária para a estrada junto da sua peça» – seja «pouca e boa»¹⁹. Haverá outra que, não adscrita a este núcleo, «poderá» – no contexto, este optativo parece aproximar-se de um imperativo – caminhar mais à frente, pois, contas feitas, dir-se-ia que a sua função é simplesmente de tornar, quando necessário for, «maior a caza do príncipe em alguma corte»...²⁰ Tal princípio, traduzido, tantas vezes, no que se poderia dizer a diplomacia da ostentação, transparece bem em tantas entradas de embaixadores cuja força negocial parece assentaria, sobretudo, nesse aparato exterior, perspectiva que o diplomata português critica em mais que um lugar das suas *Memórias*²¹. E aqui, remando uma vez mais contra essa ostentação, a propósito do cortejo de entrada do príncipe – somente a propósito deste pessoal da comitiva? – escreve: «não importa que o exterior seja rico, empenho ordinário dos viandantes sem experiencia: basta que seja limpo, e próprio do cargo de tal homem...»²². E não deixa de ser curioso que, como que esclarecendo o que acaba de dizer, lembre a importância «da roupa interior [ser] fina, e bastante para mudar em huma viagem, em que nem sempre ha comodo de lavadeiras». Micro detalhe nesse contexto de grande aparato que é a organização e desempenho da comitiva principesca? Talvez assim fosse julgado por muitos contemporâneos que lessem o *Papel*, mas Cunha Brochado, adiantando-se a lembrar que «nam se estranhe esta advertência, porque para minha desculpa posso allegar tantos exemplos que nos fazem pouca honra, e eu vi em papeis públicos»²³, abre uma pequena brecha sobre as exigências do corpo e da higiene que é um dos aspectos daquele didacticismo «útil» que, como marca de água, desde os fins de Seiscentos transparece em toda uma cultura – ou de um nível cultural? – e envolve, com a naturalidade das coisas bem assimiladas, estas «advertências», tal como, em geral, as suas cartas e memórias...

Continuando a advertir sobre a comitiva – constituição e organização –, Cunha Brochado, como em algumas «lições a embaixadores» nas suas *Memórias*,

¹⁹ BROCHADO, J. da Cunha – *Memórias*. Ed. cit., p. 30: «O maior acerto [de um embaixador] é levar poucos criados, mas muito bem concertados...».

²⁰ É possível que esta «gente» fosse efectivamente de norma prevista, pois sabemos pela *Relação* que dela escreveu o secretário Alexandre de Gusmão que na comitiva do conde da Ribeira Grande, embaixador extraordinário a Luís XIV, ia, além de 1 confessor, 1 estribeiro, 2 secretários, 8 gentis-homens, 6 pajens, 4 moços de câmara, 2 suios, 5 cocheiros, 5 postilhões, 24 homens de pé, «muita outra gente que não ia no acompanhamento» (SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, s. a. [2006], p. 266).

²¹ BROCHADO, J. da Cunha – *Memórias*. Ed. cit. p. 41: «Na nossa Corte se imagina, que a primeira qualidade de um Embaixador é ser capaz de fazer uma magnífica entrada, e por este accidente, que não depende mais, que da eleição do carroceiro e do alfaiate, definem o seu talento. E não há cousa que menos retrate o carácter de um Ministro hábil, e principalmente se elle se paga de grandezas superficiaes».

²² *Papel*, fl. 254r.

²³ *Papel*, fl. 254r-254v.

anota que «he conveniente que sem distinção [a gente que a integra: senhores e oficiais, e respectivos criados], se comporte nas villas e seus albergues com toda a modéstia, e bom modo, porque toda a impaciência, ou indignação pode trazer consequencias de perigo; e o maior he deixar o príncipe com desagrado...»²⁴.

Exarada esta exigência comportamental – interessante que sublinhe essa exigência para toda a comitiva «sem distinção» de pessoas – cuja falta, como recorda e concretizam, muitas vezes com trágicos pormenores, memórias e relações de acontecimentos, o diplomata português, passando por alto os «senhores» que compunham o séquito, chama a atenção para a importância de nele haver alguns «oficiais» – altos funcionários, diríamos hoje – como sejam um aposentador, um marechal de corte e um estribeiro. A função do aposentador, figura bem conhecida nas deslocações da corte nos séculos XV e XVI e de muito do século XVII – a centralização administrativa foi criando o fidalgo requerente e a sedentarização da corte foi levando à não necessidade do sempre criticado e muitas vezes subornável aposentador, esse que nem sempre coincidia com o alto cargo palatino do «aposentador-mor» –, como que ressuscita nesse «senhor» que, como é costume, nomeia o príncipe para que «sempre se lhe adiante a preparar a ospedagem, e marcar as outras para os mais»²⁵. O facto de Cunha Brochado apontar como exemplo dessa função o que «praticava o príncipe de Saxe» parece permitir pensar que a função, talvez ainda existente como tradicional cargo palatino²⁶, deveria como que ressuscitar agora na sua vertente executiva não por práticas actuais da corte portuguesa, mas, sim, pelo exemplo prático – por algo o autor do *Papel* escreve «se praticava» – na corte do príncipe Frederico Augusto... Quase os mesmos comentários deveriam merecer a nomeação de um estribeiro – será necessário lembrar o disputadíssimo cargo de estribeiro-mor, como alta função junto do soberano?²⁷ – que «se encarregue das equipagens para que tudo se recolha, nada se furte, e não se demore a jornada pela falta de hunz, e desmando de outros», enumeração de responsabilidades de um cargo

²⁴ *Papel*, fl. 254v -255r. Conf.: «O principal estudo de um Embaixador é a escolha da gente e família que o deve acompanhar, tratando muito que sejam bem educados, de boa vida, e presença, assim por se livrar de accidentes damnosos, como por não malquistar a sua nação com o mau procedimento, e mau ensino dos seus criados...» in BROCHADO, J. da Cunha – *Memórias*. Ed. cit., p. 40.

²⁵ *Papel*, fl.-255r. BRILLI, Atilio – *Quando viaggiare era un' arte. Il romanzo del Grand Tour*. Bologna: Il Mulino, 1995, p. 112-113) aponta algum testemunho da existência deste aposentador ou «avant-courier» ainda no século XIX.

²⁶ Embora, obviamente, existisse na corte portuguesa do tempo o alto cargo de aposentador-mor (SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Ob. cit., p.76, 77) seria, ao parecer, o almotacé-mor o encarregado (algumas vezes?) de preparar a hospedagem de D. João V nas suas deslocações pelo país, como é possível deduzir do que se passou em Tomar quando era almotacé-mor o conde de Santiago (SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Ob. cit., p. 60).

²⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza – *D. João V*. Ob. cit., p. 76, refere documentação sobre a exaltação do ofício de estribeiro-mor e, curiosamente, no contexto presente, em disputa de precedências com o aposentador-mor.

que, também aqui, nos parece mais de um executivo do que as de um senhor que acompanhava o rei ao estribo ou lhe segurava as rédeas do cavalo ou o ajudava a desmontar... Por último, dentro deste capítulo de lembranças, Cunha Brochado crê igualmente necessária «a nomeação de hum mariscal de corte, ou vedor da caza». Não nos faça engulho o «maréchal de court», mas fixemos que esse prático oficial deveria ter a seu cargo «a intendencia sobre a cozinha, e o cuidado de emmalar, e guardar a cópa, com a roupa necessaria para o serviço da meza, sem o qual em pouco tempo se consumirá tudo...» É este especial cuidado justifica-o o diplomata, «porque ha mil vadios, que se introduzem na cozinha com pretexto de ajudar os servidores, e levam com arte, o que podem apanhar com astúcia...». A eterna desconfiança para com os criados, tema que, por estes anos, podia unir alguma página da *Carta de guia de casados* a alguma carta de Lord Chesterfield²⁸... Contudo, ainda dentro das responsabilidades deste vedor cabe «fazer partir mais cedo os cozinheiros para dispor, e preparar o jantar, ou cêa; sem cuja providencia nam se acha nada a tempo, com indecencia do príncipe, e sua incommodidade»²⁹. E, dando-o, aparentemente, por sabido – «he escuzado lembrar...» –, sempre vai lembrando que «a cópa deve ser de prata» – e que tem de «haver carretas para a conduçam do fato, fechadas ou arcas com duas rodas sobre braças»... E leva ainda estas suas «lembranças» – apesar de dizer, com diplomática retórica, «tambem nam lembro...» – a exigir que «deve ao menos haver huma dúzia de assiettes de ouro em que coma o príncipe³⁰ com doze couverts, e hum pequeno *cademat* do mesmo metal...»³¹. Mesmo que, a ler nas entrelinhas da explicação comparativa de Cunha Brochado, suspeitemos que na corte portuguesa não se conheceria esse, ao parecer indispensável, estojo de ouro ou prata com talher³² de que «ordinariamente se servia Luis 14», todas

²⁸ CHESTERFIELD, Lord – *Cartas completas á su hijo Felipe Stanhope vertidas del inglés por Don Luis Maneiro*. Havre: Imprenta de Alfonso Lemale, 1852 (3ª ed.), p. 77: «Estoy seguro de que tan pronto como tomares al nuevo criado, te instará el antiguo para que le permitas dejar la librea, y aspirará á ayuda de cámara, que equivale a decir que te risará y afeitará, sin querer hacer otra cosa. Te consejo que nunca tengas criados sin librea, y aunque a veces no estímares conveniente llevar contigo, detrás del coche, en médio de lluvia y lodo, al criado que te viste, con todo, resérvate la facultad de hacerlo cuando te acomodare, obligándolo á llevar siempre el distintivo de criado» (Carta de 13.2.1748).

²⁹ *Papel*, fl. 255v-256r.

³⁰ Por simples curiosidade neste contexto, não esquecendo os dois séculos que medeiam entre um e outro caso, atrevemo-nos a recordar os pratos de estanho usados na hospedaria de Levanela, «la meilleure de Toscane» luxo que, certamente entre outras coisas, levou M. de Montaïge a considerá-la uma das melhores de Itália (MONTAIGNE, Michel de – *Journal de voyage en Italie* in *Oeuvres complètes*, Texte établi et annoté par R. Barral en collaboration avec P. Michel. Paris: Editions du Seuil, 1967, p. 510).

³¹ *Papel*, fl. 256r-256v. A estar pelos dados colegíveis na evocação da «mesa do rei», João V servia-se de baixela de prata, enquanto a rainha (Maria Ana de Áustria) tinha «o seu serviço de ouro de mesa» que foi roubado em 1741 (SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Ob. cit., p. 79, 86, respectivamente). Será de reter esta discrepância?

³² Devemos a AZEVEDO, Domingos de – *Grande dicionário de francês – português*. Venda Nova: Bertrand Editora, s.a. (1987), 9ª ed., p. 220, a definição desse precioso objecto: «Cofre de oiro ou prata doirada contendo um talher completo para uso de pessoa real».

as advertências do diplomata sobre responsabilidades dos principais oficiais – ou senhores? – encarregados da bagagem do príncipe e o que deixam transparecer as exigências de copa de prata..., pratos, talheres e «cadenat» de ouro..., permitem vislumbrar – ou apenas imaginar? – o que seriam as grandezas do «fato» que, por estes anos, deveria, no seu entender, acompanhar o príncipe.... Sabemos bem o que eram as grandiosas e complicadíssimas equipagens de grandes e poderosos viajantes – nobres senhores e grandes burgueses – nos séculos XVII e XVIII e ainda em Oitocentos³³...

Todas estas advertências que acabámos de relevar – das mais genéricas às mais detalhadas – parecem destinadas tanto a tornar cómoda a viagem como, concomitantemente, a fazer dela uma ocasião para que o príncipe possa apresentar-se com a aura de luxo que o seu estatuto exige. Independentemente do que delas pudesse ser usado como argumento político e social e até, caso disso se tratasse, diplomático – já aludimos ao que Cunha Brochado pensava sobre tal argumento –, tais advertências não poderão ser lidas como uma concessão compreensiva dos hábitos do príncipe de modo a que, em viagem, se sentisse, tanto quanto possível «em casa»? E sentir-se «em casa» – neste caso no seu palácio... – era sentir-se em segurança... A boa ordem – da hospedagem à equipagem, passando pela copa – seria dela como que a garantia. Será violento sugerir-lo?

Ainda que não explicitamente, Cunha Brochado admite que ocorram acidentes, pequenos acidentes – roubos na cozinha..., demora na preparação da equipagem..., mau serviço na aposentadoria... –, mas, curiosamente, nada adverte sobre uma roda que quebra..., o mau estado das estradas, a dificuldade em passar rios – a falta de pontes foi uma quase geral constante europeia até à segunda metade do século XVIII³⁴, estado de coisas de que era bem consciente o rei Pedro II ao recomendar, à hora da morte (1706), ao seu sucessor, a construção de pontes «para que não perigassem os passageiros»³⁵. O seu silêncio sobre as longas horas na carruagem e sobre o como o príncipe as poderia ir vencendo, é só intrigantemente comparável ao silêncio sobre a organização da sua «capela» – devoções..., missas..., capelães..., etc. –, dimensão que, seguramente, não faltaria na comitiva principesca...

Depois deste tipo de advertências para uma viagem cuja finalidade, como já sabemos, devia ser, como a de qualquer outra do mesmo nível social, «adquirir

³³ BRILLI, Attilio – *Il viaggio in Italia*. Ob cit., p. 88-90 recorda vários exemplos entre 1714 e 1845, entre os quais W. Beckford..., lady Bessington..., .

³⁴ BRILLI, Attilio – *Il viaggio in Italia*, Ob. cit., p. 147-159

³⁵ LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *D. Pedro II. O Pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Círculo de Leitores, s.a. (2007), p. 287

algum util, e individuo conhecimento das couzas memoráveis das terras por onde se passa» – cremos que Cunha Brochado visa a generalidade dos viajantes e não um viajante estilo «Grand tour» –, o diplomata português pondera o tipo de viagem a organizar – e a empreender – desde essa perspectiva. O alvo de tal viagem – repitamos: «o util e individuo conhecimento das couzas memoráveis das terras por onde se passa» – e, conseqüentemente, o tipo de conhecimento que daí resulta, «não deve ser material». Esse é o que «se adquire com a vista de hum mappa» e era, de certo modo, o que propunha M. Severim de Faria ao defender, para depois dos 25 anos, o viajar através de mapas e livros³⁶. Por isso, a viagem tem que ser encarada por «um fim formal», o que exige «usar-se de ponderaçam, e toda a advertencia»³⁷. Felizmente, para esclarecer estas distinções, Cunha Brochado recorre a um exemplo: uma visita a Paris. «Esta cidade e sua corte» – escreve – «inda que tenha que ver por fora em ruas, casas, paceyos, e jardins [...] objectos de grande variedade, e magnificencia, podem ser para os olhos objecto deleitável por outro dias...». Seria este o conhecimento que Lord Chesterfield, um quase contemporâneo de Cunha Brochado, classificaria de próprio dos «viajeros negligentes» e «gentes frívolas»³⁸... O «mais custoso exame» – continua o diplomata – «he por dentro, isto he, para saber das couzas interiores, dos costumes e da sua admiravel policie, que he um som que nam cabe em qualquer língua...». E para exemplificar a dimensão deste «saber das couzas interiores» de uma cidade como Paris – e trata-se apenas de um exemplo – lembra «o exercício do seu leutenant [lieutenant] que somente há em Pariz, e devéra desejar-se em todas as terras; o Palácio, o Parlamento com as suas chambres, o excellent modo de administrar Justiça, a guarda da cidade, seus

³⁶ FARIA, Manuel Severim de – «Sobre a peregrinação» (Discurso VIII): «A idade, e tempo, em que estes caminhos se devem intentar há de ser até aos 25 annos, em que se acaba a adolescencia, assim porque até então dá a natureza forças para sustentar o trabalho do caminho, alegria, e vigor para se continuar; como porque também esta he a idade propria de aprender. [...] Quanto mais, que se em algum tempo se pôde escusar a noticia do mundo adquirida pessoalmente, he neste nosso século, em que o conhecimento delle está em gráo tão sobido com tantos livros, que nos mostram aos olhos, não só as províncias y reynos, mas ainda as próprias cidades, e povos com tanta perfeição, e com tal particularidade, que he impossível hum caminhante por mais curioso, e intelligente, que seja, alcançar a menor parte destas cousas, vendo e andando, como em casa se conhecem todas, lendo, e estudando» (in *Noticias de Portugal*. Lisboa: Oficina de Antonio Gomez, 1791, p. 203, 208).

³⁷ *Papel*, fl. 257r

³⁸ Em carta de 30.10.1647, a seu filho, Felipe Stanhope, então na Alemanha (Lipsia), escreve: «Los viajeros negligentes se contentan con observar la distancia de lugar a lugar, y que solo atienden á sus comodidades en la posada para pasar la noche, parten necios de su país, y vuelven lo mismo. Los que solo cuidan de ver las curiosidades de los lugares por donde pasan, las torres, los relojes, las casas consistoriales, ect., retiran tan poco provecho de sus viajes que más valdría que permaneciesen en sus casas...». E cinco anos mais tarde (30.6.1751), estando Felipe Stanhope em Paris, reitera: «Las gentes frívolas, que cuando menos componen las três cuartas partes del género humano, desean unicamente ver y oír lo que sus fútiles precursores han visto ú oído, como la Basílica de San Pedro, la misa pontifical en Roma, la catedral de *Notre-Dame*, Versailles, el rey y la comedia en Francia. Un hombre de juicio vé y oye de un modo muy diferente...» (CHESTERFIELD, Lord – *Cartas completas á su hijo Felipe Stanhope*. Ed. cit., p.70 e 226, respectivamente).

mercadores, e providencia delles; bureaux de finanças, curta, e justa matéria da sua administração, a casa del-rey, e suas diferentes guardas, a forma de servir-se por quartéis, e semestres, a ordem de seus officiaes, que fazem hoje o maior ornato das cortes, e finalmente o génio da naçam, e a excellente educação que os pais de família dam a seus filhos, a que se segue a applicaçam a algũa sciencia, ou arte, no que Pariz excede a todas as outras cortes...»³⁹. É uma enumeração – um quase esquema descritivo – que poderia muito bem ter sido sugerido pelo ensaio de Bacon que já referimos, e que Lord Chesterfield em várias cartas da sua correspondência com seu filho como que aproveita ao aconselhá-lo que, como preparação para conversas mais precisas com pessoas da própria terra, encontre um livro em que se vá informando⁴⁰ – estávamos em 1747 – sobre «el estado presente de la ciudad [Lipsia], por lo que toca a sus magistrados, a su policia, a sus privilégios, ect.; e infórmate luego minuciosamente de todos esos objectos, conversando con las personas más instruidas...» E mais tarde (1751), continua: «...una hora de conversación con un *presidente* ó un *consejero* instruidos, te impondrá del verdadero estado del Parlamento de Paris más que todos los libros franceses. Lo mismo sucede con el almanaque militar que es oportuno leas, aunque dos o tres conversaciones con oficiales distinguidos te instruirán mucho mejor que todos los reglamentos. [...] infórmate de la disciplina, cuarteles y vestuario de la tropa, como también de su sueldo y gratificaciones. Practica lo mismo respecto a la marina [...] infórmate también de los negocios eclesiásticos, para lo cual te ofrecen ocasión las presentes disputas entre la corte y el clero. Ponte al corriente de los derechos particulares de la Iglesia galicana en oposición a la silla apostólica. No tengo necesidad de recomendarte la historia eclesiástica sabiendo que estudias asiduamente a *Dupin*...»⁴¹.

Independentemente do enciclopedismo diletante que transparece nos ideais do conde Chesterfield, destaquemos a importância que concede à conversação como fonte mais imediata – e mais fácil? – de informação, mas, sobretudo, como meio de aprender a «conversar» – palavra, gestos, atitudes –, esse «não sei quê» – emprega muitas vezes esta quase «indecifrável» expressão – nas suas cartas – que doura as boas maneira que, de B. Castiglione a este obcecado pai, deve ser o timbre de um homem de mundo e que o atentíssimo nobre inglês – e como

³⁹ *Papel*, fls. 257v-258r

⁴⁰ M de Montaigne, ele que também em quase todas nas terras por onde se demorava procurava encontrar alguém, que, bem situado, lhe pudesse dar informações sobre a localidade, lastimava «qu'avant foire le voyage, il n'avait pas vu les livres qui le pouvaient avertir des choses rares et remarquables de chaque lieu (MONTAIGNE, Michel de – *Journal du voyage en Italie*. Ed. cit., p. 466)

⁴¹ CHESTERFIELD, Lord – *Cartas completas a su hijo Felipe Stanhope*... Ed. cit. p. 70, 226. O moço Philippe Stanhope devia andar a ler, como sugere o contexto, Louis E. Dupin, *Histoire des controverses et des matières ecclésiastiques* (Paris, André Pallard, 1696). Seja-nos permitido lembrar a atenção que Cunha Brochado prestou às controvérsias em torno do quietismo, como se pode ver em algumas das suas cartas (Cartas. Ed. cit., p. 30, 34, 36, 49).

veremos também Cunha Brochado – propunha, maçadora e tenazmente, como o objecto primeiro da boa – e alta – educação.

Efectivamente, se esquecermos que nem sempre Cunha Brochado exaltou «o génio da nação» francesa⁴², no entanto, se Paris é o exemplo que dá ao príncipe de como deve aproveitar a viagem, consequentemente, haverá que atender ao modo de ser da nação que contextualiza o exemplo. E, como a nossa leitura terá sublinhado, uma das notas que mais destaca nesse modo de ser é, cremos, aquilo em que a corte de Paris se distingue – excedendo até «todas as outras cortes» – a «excellente educaçam» que os pais nela dão aos seus filhos. Infelizmente, o diplomata português não se demora aqui a esclarecer os parâmetros dessa «excellente educação», mas talvez podemos socorrer-nos de uma das suas cartas para deles tentar aproximar-nos.

Assim, em 7.8.1698 – levava três anos de «experiencia ocular» em Paris – escrevendo a um seu «Amigo e Sr.», reitera que, apesar do «excelente génio» dos portugueses, «enquanto não houver educação, não há-de haver homens». Essa «grande arte» de «uma boa educação regular e completa» que, eco do humanismo renascimental, «iguala [os homens] aos deuses», é, difícil de aprender-se «na nossa terra», pois para «a ensinar, é necessário aprendê-la na própria experiência, estudando à sua custa a necessidade de se conformar com as leis da sociedade com que institutivamente deve viver o homem». Por isso – argumenta *a contrario* – «aqueles que, pelas ideias pomposas de seus estudos, se erigem em protectores desta grande arte, reduzindo a um corpo de ciências as regras que a natureza estampou no uso e no trato do mundo, fazem que todo o seu trabalho se aplique a estudos e a disputas brilhantes que mais adornam o entendimento que dirigem e forçam a vontade». E é a sua própria experiência que o leva a pensar «que tarde há-de amanhecer na nossa terra a luz bela de uma educação sociável». E não seria precisamente esta «educação sociável» – a que pratica «o uso e trato do mundo» – a finalidade que trespuzia no programa da «viagem formal» que o experiente diplomata português traçava, a partir de um exemplo – Paris – e por que se bateu – ingloriosamente – Lord Chesterfield? O de Lord Chesterfield e de muitos outros que viajavam ou mandavam viajar, mais ou menos principescamente, os filhos⁴³ por essa Europa que, pelos anos das

⁴² BROCHADO, J. da Cunha – *Cartas*. Ed. cit., p.38: «Pouca razão tem V. M. de me supor francês naquele discurso, porque lhe afirmo que nada amo menos que esta nação. Conheço as inconstâncias do seu génio, as impiedades da sua política e as extravagâncias da sua altiveza. Dizia somente que não era fácil que a Europa deixasse que Espanha se unisse a França...».

⁴³ Como paradigmático, podemos lembrar o caso do jovem conde de Assumar, D. João de Almeida Portugal, que viajou durante quatro anos e estudou em Paris e de cuja correspondência (1744-1751) com o seu pai, o marquês de Alorna, publicou Nuno Gonçalo Monteiro uma excelente selecção sob o título *Meu pai e meu senhor muito de meu coração*. Lisboa: ICS/Quetzal Editores, 2000.

«Advertências», era a França e Itália e, em alguns casos, a Áustria...

Ora, este tipo de conhecimento, quer dizer, esta «educação sociável» exige «mais tempo, vagar e desembaraço»⁴⁴ do que os que se empregam em uma simples «viagem material» e tais condições são difíceis de concretizar-se, como sabe o diplomata português por «experiência ocular, mesmo em «príncipes sem soberania». Que dizer, então, das de um príncipe soberano?⁴⁵...

As breves considerações que seguidamente passa a tecer destinam-se a advertir não propriamente sobre a viagem, mas sobre as dificuldades da estadia demorada de um príncipe viajante – soberano ou não – «em Pariz, e em qualquer grande corte». Antes de mais, porque tal «assistência» é «contra a bienseance, e dignidade do príncipe, não por uma questão de «excessiva despeza», mas – e este é o segundo aspecto, e de grande relevo, a considerar – pelo «ciúme que podem ter os outros príncipes, suspeitando que pode intrigar-se algum tratado, ou liga secreta»⁴⁶... Estamos, portanto, nos domínios da política, perspectiva que o diplomata sublinha, se bem interpretamos, ao lembrar que mesmo que não se trate de tal caso – tratado ou liga –, suspeitar-se há que «ao menos o príncipe se vestirá do humor da nação – [que o acolhe] –, e contrahirá sua liaison de affecto que prefira os seus interesses aos dos outros príncipes»⁴⁷. Há, contudo, ainda uma outra dificuldade inerente a uma demorada estadia de um príncipe numa cidade ou em uma parte de uma cidade estrangeira: «[tal pode] deminuir os respeitos, e os obzequios, que a corte, e grandes della devem render-lhe». Nenhum destes «inconvenientes» pode ser superado por manter-se o príncipe rigorosamente incógnito – «hum incógnito mais escuro, e pervenido –, já que é muito difícil «evitar a curiosidade do povo». E, extremando o horaciano *odium* ao *profanum vulgus* – o povo «neste particular impaciente, e grosseiro» –, admite que, «com depravado concurço», possa ocorrer «huma especie sublevaçam, ou motim», situação que escapa ao controle da guarda («não há guardas que o [povo] contenham»). Nesta situação de apurada dificuldade, a comitiva ou não entra em Paris ou, se entrou, deve abandonar a cidade mal o príncipe tenha cumprido os deveres de cortesia que, mesmo estando incógnito, é obrigado a cumprir, pois que, neste caso, estar um príncipe incógnito apenas quer dizer que

⁴⁴ *Papel*, fl. 258v.

⁴⁵ Creemos interpretar correctamente o pensamento de J. da Cunha Brochado nestas suas últimas considerações, em que, pondo de lado o príncipe não soberano, visa as dificuldades, compreensíveis, de um «soberano viajante». No final, porém, como veremos, volta a considerar o príncipe sem soberania...

⁴⁶ BROCHADO, J. da Cunha – *Cartas*. Ed. cit., p. 43: «O Duque de Elboeuf está algum tanto desgraçado, porque, como começava a ter entrada com o de Lorena, deu ciúme aos outros parentes, que começaram a desacreditá-lo com El-Rei com capa de algum aparente zelo, na persuasão de que, sendo alguma cousa desinquieto, poderia infundir naquele príncipe algumas expressões de menos prudência, que não fossem os interesses da França».

⁴⁷ *Papel*, fl. 259r.

não está na cidade ou terra a título oficial e protocolar⁴⁸. Se bem interpretamos o texto, nesta situação confusa o príncipe deve tornar público «que segue viagem, e pode [ficar] com hum criado em casa do seu ministro, para assim occulto satisfazer sua curiosidade, posto que inda assim [...] o segredo dure poucos dias»⁴⁹. O que, provavelmente, quererá dizer, que tudo voltava à confusa situação anterior... Lastimemos, então, que Cunha Brochado não tenha explicado como, embora «grandes», «todas estas defcuidades são vencíveis». Teria sido um excelente remate para a nossa compreensão de mais este aspecto da sua «experiencia occular, observada em príncipes sem soberania».

O *Papel* não deverá ter sido um exercício de retórica a que, em seus ócios, poderia ter-se dedicado o diplomata português. Poderá, pelo contrário, ter mesmo correspondido a algum parecer que, dada a sua experiência, lhe foi solicitado ou sugerido com urgência – ao desculpar-se com «a pressa com que escrevo» parece permitir pensá-lo – e nele não será ousado descortinar-se algum despique sobre os assuntos abordados. Efectivamente, quando, no seu remate, afirma que o que acaba de dizer sobre as «grandes» «defcuidades» que o príncipe pode encontrar se estanciar muito tempo numa mesma cidade, não o diz «por descuido», já que «nesta parte não [cederá] a todos», não poderemos perguntar-nos a quem visa ou de que se defende? Terá havido, então, outras «advertências» sobre o assunto?

Assim sendo, terá havido certamente algum príncipe português que, entre 1699 – fim da sua missão diplomática em Paris – e 1704 – data da sua efectiva e honrosa saída de Paris – ou até um pouco mais tarde – ponhamos 1715, ano da morte de Luís XIV e da rocambolesca fuga desse príncipe viajante e aventureiro que foi o infante Manuel Bartolomeu, filho de Pedro II, que «queria viajar». De qualquer modo, o *Papel*, com esse «quer viajar» e com as «advertências» que o comentam, não esclarece se ao príncipe, decidido a viajar, se para tal efectivamente se prepara ou se se trata da ponderação de um desejo mais ou menos realizável.

Ora, assunto muitas vezes aludido, mas, ao que cremos, nunca, na sua

⁴⁸ Foi o que aconteceu, em 1688, aquando da visita do jovem príncipe de Saxe quer a Madrid, onde não foi recebido no palácio real, porque precisamente viajava incógnito, quer a Lisboa, onde pelas mesmas razões também não foi recebido pelos reis, ainda que, neste caso, dado o seu parentesco com a rainha Maria Sofia, se tenham encontrado maneiras de os reis lhe concederem algumas entrevistas (BETHENCOURT, Cardozo de – *Voyage a Lisbonne du prince Frédéric-Auguste de Saxe*... Ed. cit., p. 4, 7-11; Cunha Brochado, nas suas *Memórias*, recorda que, em 1696, tendo o embaixador português, marquês de Cascais, indo, em grande estado, cumprimentar o rei Jaime II de Inglaterra que estava refugiado em França, foi-lhe explicado «que S. Excia vinha em publico, em cerimonia, e que El-Rei no estado em que se achava não fallava senão incógnito, e da mesma maneira devia S. Excia vir, como fazião os mais Ministros. Nem El-Rei podia fazer o contrario fora do seu Reino» (*Memórias*. Ed. cit., p. 38).

⁴⁹ *Papel*, fl. 260r.

globalidade, verdadeiramente estudado, sabe-se que, em 1714 / 1715, houve dois príncipes não soberanos, irmãos de João V, que quiseram viajar – o melómano e turbulento António (1695-1757) que, em 1714, viajou para Itália⁵⁰, e Manuel Bartolomeu (1697-1766), que, num primeiro momento, preparou, com autorização do rei, uma viagem pela Europa⁵¹, e depois, perante a retirada dessa autorização, deixou, à revelia da vontade do rei, o país e andou, depois de passar pela Holanda e por Paris⁵², combatendo, desde 1715/1716⁵³, ao serviço do imperador Carlos VI, na guerra da Áustria contra os otomanos; e terá ainda havido um príncipe soberano – o próprio rei João V – que, em 1715, teria decidido, a pretexto de uma devota peregrinação a Loreto, viajar pela Itália, projecto de um certamente épico «Grand Tour» que, por motivos de saúde, de Estado e de finanças, foi abandonado⁵⁴. Ao soberano, mais que

⁵⁰ Se SOUSA, D. António Caetano de – *Historia genealógica da Casa Real Portuguesa* (Fac simile da edição de M. Lopes de Almerida e César Pegado, Coimbra, 1951). Lisboa: QuidNovi/ Academia Portuguesa de História, 2007, vol. VIII, cap. XIV, nada refere do seu espírito turbulento, alude, contudo, «que se distinguiu também com excesso na Música com natural propensão, principalmente aos instrumentos, em que nas horas de descanso, se diverte...» (p. 242); LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *D. Pedro II*. Ob. cit., p. 194, fazendo-se eco de contemporâneos estrangeiros que o diziam «homem feroz e cruel», precisa que, menos turbulento quando jovem, «viajando até Roma em 1714, onde privou, directamente, com o célebre músico Domenico Scarlatti, seu mestre de cravo durante a estada naquele reino, e que depois viria a recomendar a D. João V para mestre da princesa D. Maria Bárbara...». SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Ob. cit., p.60-62, ao ocupar-se deste irmão do «Magnífico», nada refere a este respeito, sendo de assinalar que o infante, em 1714, viajou – ou andava em viagem? – com o rei pelo país, o que parece sugerir a urgência de se precisarem todas as datas concernentes a este príncipe e às suas viagens.

⁵¹ SOARES, Ernesto – *O infante D. Manuel. Subsídios para a sua biografia*. Separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, III, 1937, p. 18, baseado em informação do diplomata e homem de Estado francês, bom conhecedor da política e sociedade portuguesas, o marquês de Torcy, o infante, acompanhado por um séquito de 36 pessoas, 12 das quais escolhidas dentre as principais famílias do reino, pensava iniciar a viagem pela Andaluzia, seguindo depois pela Itália, Alemanha, França... Se mal não lemos, SOUSA, D. António Caetano de – *Historia Genealógica da Casa Real...* Ed. cit., vol. VII, c. XV, p. 245-251, não alude sequer à autorização e preparação deste projecto de viagem; SERRÃO, J. Veríssimo – *História de Portugal, V, A restauração e a monarquia absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1991 p. 248, refere o périplo europeu dessa viagem projectada e autorizada; LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *D. Pedro II*, ed. cit., p. 195-198, alude a esta projectada viagem «para conhecer a mítica Europa».

⁵² Curiosamente, SOUSA, D. António Caetano de – *Historia Genealógica da Casa Real...* Ed. cit., vol. VII, c. XV, p. 248, assinala que o embaixador de Portugal em Haya tentou, juntamente com D. Luís da Cunha, «dissuadirlo do intento, em que estava [de passar ao serviço do Imperador da Áustria] propondo-lhe hum meyo, de que fazendo hum gyro por França, depois de ter visto várias cortes incógnito, se recolhesse a Portugal...». Cunha Brochado, como vimos, pesou os prós e contras desta solução diplomática.

⁵³ SOUSA, D. António Caetano de – *Historia Genealógica da Casa Real...* Ed. cit., vol. VII, c. XV, p. 245-251, referindo largamente a viagem não autorizada pelo rei, seu irmão; SERRÃO, J. Veríssimo, *História de Portugal, V, A restauração me a monarquia absoluta (1640-1750)*, ed. cit., p. 248, trata naturalmente também da honrada aventura que foi a iniciada pelo embarque, em Belém, numa nau mercante inglesa; LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *D. Pedro II*. Ob. cit., p. 195-198, desenvolve atentamente o que diz respeito à viagem iniciada pela secreta fuga do príncipe; SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Ob. cit., p. 62-67, aborda largamente as «aventuras e desventuras do infante D. Manuel».

⁵⁴ SERRÃO, J. Veríssimo – *História de Portugal*. Ob. cit., p. 246-248, com base em um ms da biblioteca da Casa de Cadaval, em Muge, é, segundo cremos, o único autor que trata deste «projecto de viagem pela Europa» do «Magnífico» para a qual chegou a reservar 3 millhões de cruzados; SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*. Ob. cit., não se ocupa, se não estivemos desatentos, deste projecto e nem sequer cita o ms. assinalado por J. Veríssimo Serrão. Mas, ao parecer, tal projecto do «Magnífico» já era conhecido – ou foi rapidamente conhecido – na corte

aos seus irmãos, dir-se-ia caberem as exigências de Cunha Brochado acerca da copa em prata..., dos «assiettes» em ouro..., do «catenat» à Luís XIV... e, sobretudo, as reflexões sobre as grandes dificuldades e complicações de um incógnito prolongado... Terão sido estes os viajantes – ou algum destes – e as suas particulares circunstâncias que levaram a que o diplomata português, já no reino, propusesse, talvez para tal solicitado, as advertências que, falando livremente – «com confiança» –, essa liberdade fruto do seu «zelo e amor», «insinua» no *Papel*? É uma hipótese a demonstrar... De qualquer modo, foi essa mesma «confiança» que, remata, ditou «o prolixo com que se [explica]». Quanto não gostaríamos que, em tantos pontos do seu *Papel* tivesse abusado um pouco mais da sua prolixidade...

E, assim, teremos de continuar a perguntar-nos: em 1714 / 1715, quem quer viajar, rei ou príncipe? É uma questão que será interessante esclarecer, o que, contextualizando-o, ajudará a perceber a urgência – aquela «pressa com que escrevo»⁵⁵ – que perpassa, com um leve tom de polémica, pelo curioso *Papel*.

Artigo recebido em 01/07/2019

Artigo aceite para publicação em 25/08/2019.

de Versailles, pois o marquês de Torcy, em 1715, alude a que o rei decidira viajar pela Europa a pretexto, devoto ou não, de visitar o santuário de Loreto. Infelizmente, SOARES, Ernesto – *O infante D. Manuel Subsídios para a sua biografia*. Separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, III, 1937, p. 18, a quem devemos a informação, não cita a sua fonte. Talvez se possa entender como um eco de tal projecto o PS. de uma carta de D. Luís da Cunha ao conde de Assumar (Haia, 6.3.1716): «Se a jornada de Sua Magestada dependia do milhão de Cruzados que aqui mandava buscar não terá effeito porque o não teve esta negociação» (SOARES, Ernesto – *O infante D. Manuel. Subsídios para a sua biografia*. Separata do «Arquivo Histórico de Portugal», III, 1937, p. 48).

⁵⁵ *Papel*, fl. 260v.